**[LEI N](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.741-2003?OpenDocument)[o](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.741-2003?OpenDocument) [10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.741-2003?OpenDocument)**

|  |  |
| --- | --- |
|  | Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. |

TÍTULO I  
Disposições Preliminares

        Art. 1oÉ instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

        Art. 2oO idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

        Art. 3oÉ obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

        Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

        II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

        IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;

                Art. 7oOs Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8842.htm), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

TÍTULO II  
Dos Direitos Fundamentais

CAPÍTULO I  
Do Direito à Vida

               Art. 9oÉ obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

CAPÍTULO II

Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

        § 1o O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

        I – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

        IV – prática de esportes e de diversões;

        VI – participação na vida política, na forma da lei;

CAPÍTULO IV  
Do Direito à Saúde

               § 1o A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

        V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das seqüelas decorrentes do agravo da saúde.

CAPÍTULO V  
Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

        Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 23.A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinqüenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

        Art. 24**.** Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.

        Art. 38.Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

        II – implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso;

CAPÍTULO X  
Do Transporte

        Art. 39.Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

Art. 40.No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: [(Regulamento)](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5130.htm)

        I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos;

        II – desconto de 50% (cinqüenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

TÍTULO IV  
Da Política de Atendimento ao Idoso

CAPÍTULO I  
Disposições Gerais

        Art. 46.A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

        Art. 47.São linhas de ação da política de atendimento:

        I – políticas sociais básicas, previstas na [Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994;](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8842.htm)

Art. 10. Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos:

        I - na área de promoção e assistência social:

       b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros;

        VII - na área de cultura, esporte e lazer:

        a) garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;

        b) propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito nacional;

        c) incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais;

        d) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural;

        e) incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade.

CAPÍTULO II  
Das Entidades de Atendimento ao Idoso

        Art. 48.As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso, conforme Lei no 8.842, de 1994.

Art. 50.Constituem obrigações das entidades de atendimento:

        II – observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos;